



Natália Lampert Batista
(Organizadora)

GEOGRAFIA: DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Natália Lampert Batista

(Organizadora)

Geografia: Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Geografia [recurso eletrônico] : desenvolvimento científico e tecnológico / Organizadora Natália Lampert Batista. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7247-489-4 DOI 10.22533/at.ed.894191807 1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Batista, Natália Lampert. CDD 910.03
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Geografia é uma ciência eclética e versátil. Ela permeia diferentes campos do saber e se constitui de um objeto de estudo dinâmico e híbrido: o espaço geográfico. Para entender o espaço geográfico é necessário compreender as interfaces humanas, sociais, físicas, ambientais e políticas desta área do conhecimento, bem como se dedicar ao entendimento do seu ensino em sala de aula. O objeto de análise da Geografia é fluído e dialético e, portanto, é preciso constantemente (re)pensar seus focos de investigação e difundir novos saberes sobre essa relevante área do conhecimento.

Assim, o livro “Geografia: desenvolvimento científico e tecnológico” desponta neste cenário para contribuir, mesmo que momentaneamente, com o estado da arte da ciência geográfica, trazendo relevantes pesquisas sobre diferentes enfoques geográficos. Os primeiros capítulos do livro se vinculam, preponderantemente, com o lado humano, político e social desta ciência. Na sequência, encontram-se as temáticas mais voltadas a Geografia Física. Por fim, destacam-se os textos atrelados ao ensino de Geografia, a Educação Geográfica e a necessidade de uma educação crítica no que tange a busca por um processo de ensino-aprendizagem significativo e emancipatório.

No capítulo “Agroecologia e agricultura familiar: um caminho para o desenvolvimento rural sustentável”, Aldeane Machado Dias e Ana Carolina Silva dos Anjos discutem como a agroecologia no Brasil vem se mostrando como um caminho para transformar o rural contemporâneo. Em “Camponês e Agricultor Familiar: mesmos sujeitos?”, Rosaly Stange Azevedo e André Filipe Pereira Reid dos Santos apresentam os pontos centrais dos paradigmas sobre os quais se desenvolve o debate sobre a complexidade da questão agrária na atualidade.

Andressa Garcia Fontana, Alessandro Carvalho Miola, Ricardo Vieira da Silva e Vitor Hugo de Almeida Junior também enfocam o rural no capítulo “Análise dos condicionantes de distribuição espacial de produtores de frutas, legumes e verduras na região central do Rio Grande do Sul”, cujo objetivo foi analisar os fatores condicionantes para a distribuição de produtores de frutas, legumes e verduras a partir de uma abordagem de análise geoespacial. Já Evandro André Félix, Valéria do Ó Loiola e Célia Alves de Souza apontam que os processos de mercantilização da água se configuram por meio do estabelecimento de controle e posse dos recursos hídricos, seguido de sua valoração e comercialização por meio do capítulo “Mercantilização da água e Agronegócio, conceitos e perspectiva de inserção na bacia hidrográfica do Rio Cabaçal/MT: aspetos atuais e tendências na dinâmica socioespacial e hidrológica”.

No capítulo “O trabalho dos haitianos na agroindústria de Cascavel/PR”, Lineker Alan Gabriel Nunes e Ideni Terezinha Antonello visam investigar a inserção dos imigrantes haitianos no município de Cascavel/PR a partir da perspectiva das suas condições de trabalho. Já Adelange dos Santos Costa debate “A Reforma Trabalhista Brasileira, Neoliberalismo versus Direitos do Trabalhador”, refletindo criticamente sobre a Reforma Trabalhista Brasileira aprovada no ano de 2017.

Na sequência, Gil Carlos Silveira Porto traz “Notas sobre o planejamento urbano e regional” evidenciando algumas dimensões desse tema no Brasil. Paula Pontes Caixeta e Idelvone Mendes Ferreira, em “Complexidade entre paisagem e território no município de Catalão (GO): análise contextual”, trazem uma contextualização entre a paisagem e o território a partir da análise da legislação ambiental vigente no Plano Diretor de Catalão (GO), através de revisão teórico-conceitual. Beatriz da Silva Souza apresenta o capítulo “Perspectivas entre Geografia e Literatura: o lugar na obra ‘Casa de Pensão’ de Aluísio Azevedo” que estabelece o diálogo entre a Geografia e a Literatura com abordagens fenomenológicas e de cunho humanístico.

Sob a perspectiva da Geografia Física, Douglas Cristino Leal debate “A importância do radar meteorológico na previsão de desastres naturais”. Ademais o artigo conta com uma análise episódica que elucida uma situação de instabilidade atmosférica severa. Rubia Cristina da Silva e João Donizete Lima realizam o “Mapeamento da fragilidade ambiental na bacia hidrográfica do Rio Dourados (MG)”, destacando que a bacia possui risco forte de susceptibilidade a erosão, onde o mapeamento realizado é eficaz para a compreensão da fragilidade ambiental na medida em que considera as características topográficas e naturais como também a influência antrópica no meio ambiente. Karolina Gameiro Cota Dias e Carla Maciel Salgado apresentam “Exercícios práticos para o estudo de processos geomorfológicos” resultantes da disciplina de Geomorfologia Continental, inserida no Curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O capítulo “A formação continuada do professor de Geografia versus semana pedagógica: um processo consistente?”, de Francisco das Chagas Nascimento Ferreira, teve como objetivo a realização de uma breve revisão bibliográfica acerca da formação continuada de professores, relacionada ao contexto das semanas pedagógicas, em especial, a formação do professor de Geografia do Ensino Fundamental II. José Marcelo Soares de Oliveira, Livana Sousa Guimarães, Maria Raiane de Mesquita Gomes, Ernane Cortez Lima e José Falcão Sobrinho, no capítulo “Água para quem? Entendendo a geografia política da água”, buscam abordar o tratamento que é dado às práticas de economia de água, que visam uma melhor convivência no ambiente semiárido, desenvolvendo oficinas com alunos do Ensino Médio no município de Sobral/CE. Já Edson José do Nascimento e Adriana Castreghini de Freitas Pereira debatem a relação entre o espaço vivido dos alunos com o livro didático em “O livro didático e os conteúdos sobre a cidade no 7º ano em uso nas salas de aulas no município de Ibiporã/PR”.

No capítulo “O uso de games e filmes no ensino de Geografia: um estudo de caso com alunos do 3º ano do Ensino Médio”, David Augusto Santos e Eduardo Donizeti Giroto relatam o desenvolvimento de práticas com vistas a interpretações de filmes e jogos a partir de conceitos geográficos como território, espaço, lugar, escala. Nesta mesma linha inovadora e lúdica do ensino de Geografia, Jaqueline Daniela da Rosa discute “Os multiletramentos no estudo do município em Geografia: uma

prática interdisciplinar utilizando fotografia e escrita” que resultou na elaboração de um produto pedagógico para o ensino da Geografia com crianças, voltado principalmente ao letramento visual e digital e leitura e escrita.

Iapony Rodrigues Galvão, Dênis Vitor Batista de Brito, Jéssica Adriana de Oliveira Macedo, Mônica Gabriela Dantas de Medeiros e Wesley Anderson Pereira da Silva, no capítulo “Reflexões sobre a distribuição espacial do docente de Geografia capacitado para o ensino de libras em Carnaúba dos Dantas/RN, Jardim do Seridó/RN e Caicó/RN” buscaram compreender a distribuição de docentes de Geografia que possuem capacitação para traduzir o conhecimento geográfico para alunos surdos ou deficientes auditivos. Por fim, Maria Heloiza Bezerra da Silva debate “O ensino da matemática na educação de jovens e adultos trabalhadores rurais: a (im)possível aprendizagem para uma emancipação social crítica”. Esse capítulo tem origem nas discussões sobre Educação e Trabalho e sobre Educação Crítica associadas à busca de uma aprendizagem crítica, significativa e emancipatória.

Portanto, o livro “Geografia: desenvolvimento científico e tecnológico” apresenta diferentes perspectivas sobre o conhecimento geográfico e suas diferentes áreas de abrangência, isto é, a análise e discussão sobre o espaço geográfico, as paisagens, os lugares, as regiões e os territórios que constituem o objeto da Geografia. Essa diversidade de temáticas demonstra a versatilidade da abordagem geográfica e reúne uma série de pesquisas de qualificados profissionais da área e de ciências afins, levando-nos a (re)pensar atualidade da abordagem da Geografia na contemporaneidade.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Natália Lampert Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	
Aldeane Machado Dias Ana Carolina Silva Dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.8941918071	
CAPÍTULO 2	8
CAMPONÊS E AGRICULTOR FAMILIAR: MESMOS SUJEITOS?	
Rosaly Stange Azevedo André Filipe Pereira Reid dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8941918072	
CAPÍTULO 3	22
ANÁLISE DOS CONDICIONANTES DE DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE PRODUTORES DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL	
Andressa Garcia Fontana Alessandro Carvalho Miola Ricardo Vieira da Silva Vitor Hugo de Almeida Junior	
DOI 10.22533/at.ed.8941918073	
CAPÍTULO 4	41
MERCANTILIZAÇÃO DA ÁGUA E AGRONEGÓCIO, CONCEITOS E PERSPECTIVA DE INSERÇÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CABAÇAL/MT: ASPETOS ATUAIS E TENDÊNCIAS NA DINÂMICA SOCIOESPACIAL E HIDROLÓGICA	
Evandro André Félix Valéria do Ó Loiola Célia Alves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8941918074	
CAPÍTULO 5	54
O TRABALHO DOS HAITIANOS NA AGROINDÚSTRIA DE CASCAVEL/PR	
Lineker Alan Gabriel Nunes Ideni Terezinha Antonello	
DOI 10.22533/at.ed.8941918075	
CAPÍTULO 6	65
A REFORMA TRABALHISTA BRASILEIRA, NEOLIBERALISMO X DIREITOS DO TRABALHADOR	
Adelange Dos Santos Costa	
DOI 10.22533/at.ed.8941918076	
CAPÍTULO 7	74
NOTAS SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	
Gil Carlos Silveira Porto	
DOI 10.22533/at.ed.8941918077	

CAPÍTULO 8	78
COMPLEXIDADE ENTRE PAISAGEM E TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO): ANÁLISE CONTEXTUAL	
Paula Pontes Caixeta Idelvone Mendes Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.8941918078	
CAPÍTULO 9	91
PERSPECTIVAS ENTRE GEOGRAFIA E LITERATURA: O LUGAR NA OBRA “CASA DE PENSÃO” DE ALUÍSIO AZEVEDO	
Beatriz da Silva Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8941918079	
CAPÍTULO 10	102
A IMPORTÂNCIA DO RADAR METEOROLÓGICO NA PREVISÃO DE DESASTRES NATURAIS	
Douglas Cristino Leal	
DOI 10.22533/at.ed.89419180710	
CAPÍTULO 11	114
MAPEAMENTO DA FRAGILIDADE AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOURADOS (MG)	
Rubia Cristina da Silva João Donizete Lima	
DOI 10.22533/at.ed.89419180711	
CAPÍTULO 12	129
EXERCÍCIOS PRÁTICOS PARA O ESTUDO DE PROCESSOS GEOMORFOLÓGICOS	
Karolina Gameiro Cota Dias Carla Maciel Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.89419180712	
CAPÍTULO 13	135
A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA X SEMANA PEDAGÓGICA: UM PROCESSO CONSISTENTE?	
Francisco das Chagas Nascimento Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.89419180713	
CAPÍTULO 14	144
ÁGUA PARA QUEM? ENTENDENDO A GEOGRAFIA POLÍTICA DA ÁGUA	
José Marcelo Soares de Oliveira Livana Sousa Guimarães Maria Raiane de Mesquita Gomes Ernane Cortez Lima José Falcão Sobrinho	
DOI 10.22533/at.ed.89419180714	

CAPÍTULO 15	154
O LIVRO DIDÁTICO E OS CONTEÚDOS SOBRE A CIDADE NO 7º ANO EM USO NAS SALAS DE AULAS NO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ/PR	
Edson José do Nascimento Adriana Castreghini de Freitas Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.89419180715	
CAPÍTULO 16	164
O USO DE GAMES E FILMES NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UM ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO	
David Augusto Santos Eduardo Donizeti Giroto	
DOI 10.22533/at.ed.89419180716	
CAPÍTULO 17	175
OS MULTILETRAMENTOS NO ESTUDO DO MUNICÍPIO EM GEOGRAFIA: UMA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR UTILIZANDO FOTOGRAFIA E ESCRITA	
Jaqueline Daniela da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.89419180717	
CAPÍTULO 18	186
REFLEXÕES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO DOCENTE DE GEOGRAFIA CAPACITADO PARA O ENSINO DE LIBRAS EM CÂRNAÚBA DOS DANTAS/RN, JARDIM DO SERIDÓ/RN E CAICÓ/RN	
Iapony Rodrigues Galvão Dênis Vitor Batista de Brito Jéssica Adriana de Oliveira Macedo Mônica Gabriela Dantas de Medeiros Wesley Anderson Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.89419180718	
CAPÍTULO 19	194
O ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES RURAIS: A (IM) POSSIVEL APRENDIZAGEM PARA UMA EMANCIPAÇÃO SOCIAL CRÍTICA	
Maria Heloiza Bezerra Da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.89419180719	
CAPÍTULO 20	201
CARACTERIZAÇÃO PRELIMINAR SOBRE O ENVELHECIMENTO HUMANO NA CIDADE DE SENHOR DO BÔNFIGO – BA: UM OLHAR GEOGRÁFICO	
Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega Lucas dos Santos Silva Valéria Cunha Rodrigues Érica Saane Miranda Alves	
DOI 10.22533/at.ed.89419180720	
SOBRE A ORGANIZADORA	215
ÍNDICE REMISSIVO	216

REFLEXÕES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO DOCENTE DE GEOGRAFIA CAPACITADO PARA O ENSINO DE LIBRAS EM CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, JARDIM DO SERIDÓ/RN E CAICÓ/RN

Iapony Rodrigues Galvão

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
iapony5@hotmail.com

Dênis Vitor Batista de Brito

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
invictor165@gmail.com

Jéssica Adriana de Oliveira Macedo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
jessica.jo889@gmail.com

Mônica Gabriela Dantas de Medeiros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
monicagabi99@hotmail.com

Wesley Anderson Pereira da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
wapsilva53@gmail.com

RESUMO: O referido artigo buscou compreender espacialmente a distribuição de docentes de geografia que possuem capacitação para transpor o conhecimento para alunos surdos ou deficientes auditivos em três cidades do Seridó Potiguar: Carnaúba dos Dantas, Jardim do Seridó e Caicó, buscando reunir informações teóricas e práticas através de pesquisas bibliográficas e pesquisas de campo, associado a utilização de trabalhos acadêmicos que abordaram temas semelhantes e obras de autores que externaram a importância do ensino inclusivo. Também se buscou

compreender as leis regulamentadoras ao ensino de Libras, dados sobre os discentes surdos evadidos, a quantidade de docentes na área da geografia em cada instituição e destes quantos possuem capacitação para o uso da Língua Brasileira de Sinais, além de relatos de professores e diretores, onde pode-se observar, espacialmente, o contraste existente na capacidade do docente de Geografia para o ensino de libras.

PALAVRAS-CHAVE: Distribuição espacial; Libras; Ensino de Geografia.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa explicar a distribuição de docentes capacitados a ensinar geografia para deficientes auditivos através de libras, na região do Seridó. Segundo dados do censo do IBGE relativo a 2010, a região Nordeste abriga o maior número de deficientes do país, entre cegos, surdos e outras deficiências. Tendo em vista esses dados, resolvemos pesquisar sobre o tema voltando-o especificamente para a deficiência auditiva, uma vez que a mesma está ganhando espaço na mídia e nas escolas.

Segundo Vygotsky, é errado tratar qualquer criança com deficiências como se fosse necessário que as mesmas vivessem dentro de uma cúpula onde tudo se adapta para

suas necessidades, uma vez que isso não traria nem inclusão, nem novos desafios e perspectivas de superação para as mesmas, o mesmo acontece nos dias atuais, onde as crianças com deficiência auditiva não tem acesso a educação de qualidade, ou são tratadas de forma diferente das demais, tornando-as incapazes até mesmo de se comunicar e se inserir nos ciclos de amizade, com nossa pesquisa, tentamos descobrir se as escolas estão realmente aptas a receberem esse tipo de alunos e o porquê de talvez não estarem.

Desta forma, foram feitas pesquisas de campo e bibliográficas sobre o assunto em diferentes cidades da região, e escolas de diferentes localidades, desta forma também analisando, se o local onde a escola funciona, consegue de alguma forma, influenciar na assistência que essa escola irá receber.

A pesquisa foi dada através de pesquisas de campo onde se consultou as escolas estaduais de ensino fundamental, onde tentamos descobrir se realmente está havendo educação de qualidade para os deficientes auditivos e também se as universidades possuem programas de capacitação para os profissionais, que os considere aptos ao ensino de Libras para portadores dessa deficiência, visando assim monitorar se está ocorrendo efetividade no cumprimento do decreto que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como segunda língua oficial do país.

Porém, não é assim que acontece, já que a disciplina pode ser dada como componente de caráter optativo, sendo muitas vezes deixada de lado e gerando essa enorme deficiência de profissionais realmente qualificados na área, o que deveria ser evitado, já que segundo dados do IBGE (2010), o Brasil dispõe de cerca de 166.400 pessoas que declaram ter surdez ou alguma outra deficiência auditiva, e poucos profissionais qualificados na área, gerando assim uma diferença enorme entre oferta e demanda entre a quantidade de surdos para cada profissional. A lei, porém, tem tomado medidas para que isso realmente aconteça, como por exemplo o que está descrito no Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Capítulo IV, artigo 14, o qual afirma:

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.”

Em sala de aula, por mais que nem sempre existam profissionais qualificados em libras, podem ser utilizados de outros métodos para a inclusão do aluno surdo tanto no que diz respeito ao social quanto a aprendizagem, porém, como a educação não é feita apenas através da escola, diversas cidades decidiram optar por ferramentas como projetos de extensão voltados para o ensino de Libras, já que a mesma é a segunda língua do país, dessa forma surgiram os cursos de diferentes durações as quais a população em geral de determinada cidade pode ter acesso, para que dessa forma seja feita a educação completa do surdo, não somente no que se diz respeito ao

lado educacional, mas também a todos os aspectos da vida do educando.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA INCLUSÃO

Historicamente pessoas portadoras de algum tipo de deficiência sempre foram vistas como inaptos a desenvolver uma vida social comum, especialmente no que se refere a educação. Pois as dificuldades que os impediam de se adaptar ao meio escolar não eram discutidas pelo poder público com seriedade, não havia aplicação de leis que regulamentassem tanto a adaptação do docente para receber o aluno com alguma deficiência, quanto a instituição de se adequar as necessidades físicas de cada aluno. Ou seja, as portas para a socialização estavam fechadas.

Um dos autores mais relevantes na área da psicologia do ensino é Lev Vygotsky (1896 – 1934) que se dedicou a abordar temas referentes à educação para pessoas com deficiências, pois o mesmo refletia que um defeito ou problema físico, qualquer que seja sua natureza, desafia o organismo (VYGOTSKY, 1989).

Assim, o resultado de um defeito é invariavelmente duplo e contraditório. Por um lado, ele enfraquece o organismo, mina suas atividades e age como uma força negativa. Por outro lado, precisamente porque torna a atividade do organismo difícil, o defeito age como um incentivo para aumentar o desenvolvimento de outras funções no organismo; ele ativa, desperta o organismo para redobrar atividade, que compensará o defeito e superará a dificuldade. E logo, esta é uma lei geral, igualmente aplicável à biologia e à psicologia de um organismo: o caráter negativo de um defeito age como um estímulo para o aumento do desenvolvimento e da atividade (VYGOTSKY, 1989).

Claramente percebe-se que a importância de tal temática sempre foi grande, pois, embora discutida pelos pensadores da época, nada em prática era feito para que houvesse uma real inclusão. Contudo, Vygotsky enalteceu, em boa parte das suas obras a importância da linguagem para a efetividade do aprendizado. O que nos leva ao tema principal deste artigo: a língua de sinais.

Desde os primórdios, a exclusão esteve presente em qualquer tipo de bando, esse comportamento se dava para aqueles que não se encaixavam na rotina dos demais ou aos que apresentavam alguma diferença física ou psicológica, sendo assim, os surdos ou deficientes auditivos (que não podiam usufruir da comunicação convencional) estavam impedidos de interagir com seu meio de convivência, e ainda, de estabelecer um modo de comunicação própria.

Essa ideia, porém, persistiu até meados do século XV, quando em 1857 o Brasil se destacou ao criar o “Instituto Nacional de Surdos e Mudos”, hoje “Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES” que dentre os órgãos responsáveis pela regulamentação da língua de sinais, é o de maior relevância.

A partir disso, foram adotadas especificidades para o aprendizado dos surdos, tais como: Comunicação total, oralismo e bilingüismo; destas, essa última é a de maior utilidade. De modo que, a criança surda passa a ser familiarizada e logo depois

inserida na comunicação com o uso da língua de sinais, como sendo esta sua primeira e principal linguagem e só depois do domínio desta modalidade, ela passa a ser alfabetizada através da língua usual de seu país. Esse procedimento adotado era inovador para a época, pois permitia ao sujeito surdo se enxergar e se aceitar como tal, quebrando as barreiras impostas pela sociedade.

Trazendo essa temática para os dias atuais, a quantidade de leis que regulamentam o ensino da língua de sinais, especificamente no Brasil, é ampla. Um exemplo disso é o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o ensino da Libras nas escolas para alunos surdos como sendo sua 1º língua oficial desde o ensino infantil até o ensino médio. Ainda sobre a regulamentação, em 2002 a Língua Brasileira de Sinais foi oficializada para o 2º idioma pertencente ao Brasil.

LIBRAS NA DOCÊNCIA

A inserção da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de licenciatura de qualquer área é prevista no cap. II, do decreto federal 5.626/2005, artigo 3º, como é citado abaixo:

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1o Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2o A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Entretanto, não há efetividade na prática. Parte dos cursos de licenciatura das universidades não dispõe a Libras como sendo disciplina obrigatória, esta fica a critério optativo do aluno, dando abertura para que outras matérias sejam escolhidas e, conseqüentemente, aumentando o número de profissionais despreparados para agir diante do acolhimento do aluno surdo em sala de aula.

No âmbito dessa deficiência, há uma barreira cultural imposta por nossa sociedade, principalmente no que diz respeito à língua, já que o surdo tem como sua primeira língua, a Língua Brasileira de Sinais e sua segunda língua a língua portuguesa. Os métodos de ensino para alunos surdos, dentro do ensino de Geografia nas escolas, são vistos de maneira cuidadosa, principalmente nos conceitos chaves (espaço, lugar, território, paisagem e região).

Esses métodos são apresentados como o viés para a interação e integração do aluno surdo com os demais em sala de aula. Vídeos, materiais táteis e imagens,

contribuem para a didática e no aprendizado, tanto para os alunos com surdez quanto para os alunos ouvintes. A utilização desse material vinculado aos conceitos da geografia possui uma grande eficiência para melhorar o entendimento do conteúdo, e isso se acrescenta de maneira satisfatória ao processo de ensino-aprendizagem.

E esse processo para os surdos acontece de forma diferenciada, o que é bastante notório, pois encontramos diversas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. Mas embora estas estejam presentes no cotidiano dos docentes, são encaradas com o intuito de não só formar alunos, mas de formar cidadãos que pensem e tenham um conceito crítico sobre a sociedade, meio-natural, política e entre diversas áreas que a geografia engloba.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fim de verificar o andamento e a veracidade da inserção da Língua Brasileira de Sinais nas escolas estaduais de ensino fundamental regulares no Seridó, realizou-se uma pesquisa de campo com aplicação de um questionário simplificado nas seguintes cidades situadas na região Seridó do Rio Grande do Norte: Carnaúba dos Dantas, Jardim do Seridó e Caicó, cujos resultados serão descritos abaixo.

Na Escola Estadual João Henrique Dantas, em Carnaúba dos Dantas, no Seridó Potiguar, não há demanda de alunos surdos, pois não consta nos registros da instituição matrícula de alunos que necessitem de apoio de interprete ou de auxílio especial.

Porém, foi coletado o depoimento do professor de geografia Carlos Dantas, que lecionou por um período de três anos e seis meses na referida escola. Atualmente ele cursa pós-graduação em letras com habilitação em LIBRAS na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pólo Currais Novos. Possui vasta experiência com alunos surdos por ministrar curso de Libras (aberto ao público) na cidade de Carnaúba dos Dantas e cidades vizinhas.

Eu sempre gostei dessa área, desde quando criança, pois na cidade onde fui criado, Extremoz, havia um garoto surdo, o qual fui criado junto, e eu via a mãe daquele menino, se comunicando com ele e eu queria me comunicar também, a partir daí surgiu o amor por libras, e cresceu quando comecei a cursar Geografia, pois paguei uma matéria de educação especial. No ano de 2013 foi quando eu vi a oportunidade de concretizar essa paixão que eu tinha quando abri em Carnaúba o curso de Libras, aquilo despertou um desejo em mim de não guardar o que aprendi para mim mesmo e sim passar para outras pessoas, foi quando apareceu o projeto do curso que seria ministrado lá no João Henrique Dantas, ali eu enxerguei a oportunidade de repassar esse conhecimento e estou ministrando de 2014 até hoje, 2017, e esse foi mais um dos motivos de eu decidi fazer a pós-graduação em Libras. Tenho uma aluna surda no curso de extensão, que tem 40 anos, ela está muito feliz por ter outras pessoas que conseguem se comunicar com ela, por causa do curso, ela teve algumas dificuldades no começo, mas é bem alfabetizada na libras e hoje ela faz o curso de Pedagogia, embora tenha dificuldades pela falta de intérprete, tem de ser amparada pelos colegas, que se revezam para ajudá-la, umas três ou quatro pessoas, que conseguem se comunicar com ela e repassar o que o professor está explicando, mas a maior dificuldade dela é essa, falta de intérprete, pois a faculdade não disponibilizou e a família não tem muitas condições,

mas ela é muito boa aluna, apesar de todas as dificuldades (DEPOIMENTO DE CARLOS DANATS, 2017).

Já no Centro Educacional Felinto Elísio, em Jardim do Seridó, não apresenta registros de alunos surdos no ano de 2017, dispõe de uma docente de geografia, Jucileide Medeiros, que possui capacitação através de um curso de extensão, sendo habilitada apenas a trabalhar com alunos possuidores de deficiências mentais e motoras, sendo ela atuante tanto em sala de aula regular quanto na sala de modelo multifuncional. Foi coletado da mesma, um breve relato que externa a realidade da instituição quanto ao tema abordado.

A escola não tem, no momento, necessidade de professor que possua capacitação em Libras pois não recebemos nenhum aluno surdo neste ano letivo, entretanto, a partir do momento que um aluno surdo se matricular nós teremos que dispor de uma capacitação nem que seja de nível básico para que possamos acolhe-lo (DEPOIMENTO DE JUCILEIDE MEDEIROS, 2017).

No caso da cidade de Caicó, na Escola Estadual Senador Guerra, foi possível observar que a instituição dispõe de apoio para receber alunos surdos por haver uma interprete de Libras a disposição, o que já acontece com um aluno no turno da noite que é assistido pela mesma, contudo, a docente de geografia atuante não possui formação de Libras.

Ainda na mesma instituição, foi relatado, por outros professores que se faziam presentes no momento da aplicação do questionário, que no turno matutino do ano anterior (2016) havia uma aluna surda matriculada no 6º ano do ensino fundamental, mas nas aulas contava apenas com a ajuda de sua irmã (ouvinte), pois não obteve o direito de receber auxílio de uma interprete em decorrência da ausência de laudo médico comprobatório de surdez

No que se refere a Escola Estadual Monsenhor Walfredo Gurgel , também localizada na cidade de Caicó, a instituição apresenta em seu quadro de docentes apenas 1 (um) professor de geografia, sendo este inapto para ensinar a alunos surdos. O diretor da escola afirmou que há anos não recebe alunos surdos e por isso não houve necessidade, até então, de solicitar um professor com tal capacitação ou mesmo um interprete de Libras.

Finalmente, no Centro Educacional José Augusto – CEJA, notamos um elevado número de alunos surdos matriculados no ensino regular, porém não há nenhum docente da área da geografia apto à Língua brasileira de sinais.

No entanto, existe um número plausível de interpretes na sala de aula, num total de quatro profissionais, e ainda, há alguns alunos que apresentam deficiência auditiva, mas que fazem uso de aparelhos auriculares para auxiliar audição. De todas, esta escola é a que apresenta o maior número de alunos surdos e também de intérpretes, numa situação que possibilita maior facilidade no processo de ensino-aprendizagem.

Com base nas informações e dados esclarecidos a cima, é possível notar nitidamente a carência de profissionais de educação, mais especificamente, de geografia quanto à formação na Língua Brasileira de Sinais, mesmo havendo leis que regulamentam o ensino de alunos surdos na rede regular. Fica implícita a necessidade de haver, inicialmente a conscientização dos profissionais e estudantes das licenciaturas, e políticas de capacitação por parte dos órgãos regulamentadores.

No que se referem aqueles que estão em fase de formação, pregar a importância de o professor possuir conhecimento na Língua Brasileira de Sinais nas universidades, instituir a matéria optativa de Libras (presente na maioria dos cursos de quase todas as universidades) como sendo obrigatória, a fim de agregar este conhecimento ao aluno como em qualquer outra matéria, seria de grande ajuda para uma sociedade inclusiva não muito distante.

Já os professores que estão em atuação e não se capacitaram por falta de oportunidade ou estímulo, é preciso reivindicar que forças políticas locais, como prefeitos e governadores, busquem projetos capacitivos especificamente para estes docentes.

Desta forma, torna-se evidente que estas e outras medidas simples trariam benefícios para todos os envolvidos, proporcionando igualdade em sala de aula, autonomia para o aluno surdo e valorização para o docente. Fica claro diante disso, que é preciso disseminar essa ideia para que seja efetivada, e este é o principal motivo no qual este artigo se embasa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa pesquisa, percebe-se que há grande deficiência quanto ao número de profissionais na área do ensino de Geografia para alunos surdos, uma vez que o máximo que se consegue é um intérprete que dará apoio ao aluno e mesmo assim, só é disponibilizado pela secretaria se o aluno apresentar laudo médico, constatando que realmente é deficiente.

O contraste entre a teoria e a prática chega a ser gritante, uma vez que a lei determina algo, mas quando vai para a realidade, não chega a ser cumprido, de modo que tudo se torna mais difícil para pessoas com deficiência, em todos os aspectos, desde a convivência na sociedade, até a dificuldade em conseguir êxito na carreira profissional, uma vez que não se tem o apoio necessário, nem mesmo para as disciplinas básicas do ensino fundamental. Isso mostra o quão importante serão as medidas de efetivação do ensino de LIBRAS, tanto nos cursos de licenciatura, quanto nos de extensão.

Assim, torna-se necessário que medidas sejam tomadas, com o intuito de construir uma sociedade inclusiva. Com esse artigo, conseguimos alcançar os objetivos de saber como se dá essa distribuição de profissionais e se ela realmente existe, uma vez que das cinco escolas as quais responderam o questionário, apenas duas tinham

intérpretes em sala para dar assistência aos possíveis alunos com deficiência auditiva. Todavia, nenhuma delas possuem profissionais na área de geografia aptos a dar o apoio necessário aos surdos.

Percebe-se que, embora a Língua brasileira de sinais seja a segunda língua oficial do país, até mesmo nas instituições federais não é dada a importância devida a essa ferramenta de comunicação, uma vez que, a LIBRAS pode ser escolhida como componente curricular de caráter optativo nas universidades.

Contudo, no que se diz respeito à luta por inclusão no país, há projetos maiores, disponibilizando inúmeros decretos onde se busca inserir os deficientes auditivos na sociedade, decretos esses que se realmente forem colocados em prática, melhorará significativamente a qualidade de ensino e aprendizagem desses alunos, que buscam serem ouvidos, mesmo que não da forma convencional.

REFERENCIAS

BRASIL, Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais.

ROSSI, Renata Aparecida. **Libras como disciplina no ensino superior**. In: Revista de Educação, Anhanguera Educacional, vol.13, nº 15, São Paulo, 2010.

BRASIL, Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Regulamenta a Língua Brasileira de Sinais.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010, Rio de Janeiro, Editora do IBGE, 2010.

VYGOTSKY, Lev. **Obras completas. Tomo cinco: Fundamentos de Defectologia**. Havana: Editorial Pueblo Y Educación, 1989.

SOBRE A ORGANIZADORA

Natália Lampert Batista: Graduada em Geografia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Franciscano (2013). Mestra e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2015 e 2019 respectivamente). Atualmente é Professora de Geografia (Anos Finais) na Prefeitura Municipal de Santa Maria (PMSM) e Supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Subprojeto Geografia - UFSM. Tem interesse nas áreas de pesquisa de Ensino de Geografia; Cartografia Escolar; Educação Ambiental; Geotecnologias e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na Educação; Multiletramentos, Multimodalidade e Contemporaneidade; Formação de Professores; Educação Popular; Cartografia Geral e Temática; Geografia Urbana; Geografia Agrária; e Geografia Cultural.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 8, 20
agroecologia 5, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 21
Água 6, 118, 125, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 153

C

Campesinato 8, 16, 20, 21
Capitalismo 8, 10, 11, 12, 13, 15, 20, 65

D

desenvolvimento sustentável 1
Dinâmica Socioeconômica 201

E

Educação 5, 7, 84, 142, 143, 146, 148, 149, 152, 153, 155, 162, 163, 165, 176, 178, 188, 189, 193, 194, 197, 199, 200, 215
Emancipação 194, 200
Envelhecimento Humano 201
Estado 17, 27, 30, 41, 49, 50, 51, 52, 53, 58, 66, 67, 70, 72, 74, 75, 76, 80, 81, 83, 84, 85, 89, 104, 106, 107, 109, 110, 113, 119, 127, 128, 130, 145, 146, 169, 197, 198, 199, 202

F

Fragilidade Ambiental 114, 115, 116, 119, 121, 126, 127, 128

G

Geografia 2, 5, 6, 7, 1, 19, 20, 25, 40, 41, 52, 54, 55, 63, 64, 73, 74, 78, 81, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 100, 101, 102, 111, 114, 129, 130, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 193, 201, 205, 207, 214, 215, 216, 217, 218
Geopolítica 145, 150, 151, 152, 164
Georreferenciamento 22
gestão urbana 74, 75

H

Haiti 54, 57, 58, 60, 68

L

Legislação Ambiental 78, 82

lugar 6, 3, 11, 13, 71, 76, 83, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 137, 154, 155, 158, 159, 164, 166, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 189, 199, 205, 206, 207, 208

M

Migração 54, 63, 64

N

Neoliberalismo 5, 65, 72

P

planejamento urbano e regional 6, 74, 76

possibilidades 71, 74, 93, 95, 149, 197

Q

Questão agrária 8

R

Raciocínio Geográfico 164

Reforma Trabalhista 5, 65, 66, 67, 68, 69

Relação Produção-Consumo 22

Relação Rural-Urbano 22

Rio Dourados 6, 114, 115, 126, 127

S

Semiárido 144

T

Território 52, 78, 80, 88

Trabalhadores Rurais 19, 194

Trabalho 7, 54, 55, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 69, 101, 194, 199, 200

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-489-4

